

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

PUBLIC-PRIVATE RELATIONSHIP IN EDUCATION AND PRECARIZATION OF TEACHER'S WORK IN THE CONTEXT OF NEOLIBERALISM

RELACIÓN PÚBLICO-PRIVADA EN EDUCACIÓN Y PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE EN EL CONTEXTO DEL NEOLIBERALISMO

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i1.31807>

João Gomes Moreira¹

Maria Eliza Nogueira Oliveira²

Regilson Maciel Borges³

Resumo: O artigo buscou entender como se processa a relação público-privada na educação e de onde vêm essa força do capital que penetra em todas as instâncias do poder público. Esclarecemos que a relação público-privada nada mais é que uma estratégia do capital para criar e ampliar novos nichos de mercado para a superação da crise cíclica do capitalismo, sempre apresentada com novas roupagens nas mutações que se processam, para reduzir os efeitos da inevitável na asfixia social que acabaram por gerar grandes revoluções registrada em seu processo histórico. Por fim, tentou-se demonstrar a influência das relações público-privadas na precarização do trabalho docente e apontar como horizonte a retomada das lutas sociais em defesa da escola pública.

Palavras-chave: Relação público-privada. Precarização do trabalho. Educação como mercadoria.

Abstract: The article sought to understand how the public-private relationship in education takes place and where this force of capital comes from and penetrates all levels of public power. We clarify that the public-private relationship is nothing more than a strategy of capital to create and expand new market niches to overcome the cyclical crisis of capitalism, always presented with new clothes in the mutations that are processed, to reduce the effects of the inevitable in the social asphyxiation that eventually generated great revolutions recorded in its historical process. Finally, it was tried to demonstrate the influence of the public-private relations in the precariousness of the teaching work and to point out as a horizon the resumption of the social struggles in defense of the public school.

Keywords: Public-private relationship. Precarization of work. Education as a commodity.

Resumen: El artículo buscó entender cómo se procesa la relación público-privada en la educación y de dónde vienen esa fuerza del capital que penetra en todas las instancias del poder público. Esclarecemos que la relación público-privada no es más que una estrategia del capital para crear y ampliar nuevos nichos de mercado para la superación de la crisis cíclica del capitalismo, siempre presentada con nuevos ropajes en las mutaciones que se procesan, para reducir los efectos de la inevitable en la evolución asfixia social que acabaron por generar grandes revoluciones registrada en su proceso histórico. Por último, se intentó demostrar la influencia de las relaciones público-privadas en la precarización del trabajo docente y señalar como horizonte la reanudación de las luchas sociales en defensa de la escuela pública.

Palabras clave: Relación público-privada. Precarización del trabajo. Educación como mercancía.

Introdução

Este artigo discute o desmanche que as propostas neoliberais vêm realizando com relação às políticas sociais, que o Estado, em cumprimento ao seu dever, deveria providenciar, visando ao bem estar

da população, numa postura democrática. As políticas implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), mais propriamente através do documento intitulado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estado” (BRASIL, 1995), visaram ao atendimento das pressões de organismos internacionais e do mercado, por meio de mecanismos atenuadores da crise cíclica do capitalismo vistos como “estratégias de superação”, conhecidos por “neoliberalismo”, “globalização”, “reestruturação produtiva” e “terceira via” (PERONI, 2016).

O Estado, segundo a visão neoliberal, é responsável pela crise estrutural que aflige a sociedade, devido à sua interferência na política econômica e sua participação no processo de distribuição de renda considerada paternalista (SINGER, 1996). Ainda nesta óptica, o Estado deveria concentrar-se em fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento na produção de bens e serviços, via relação público-privado, em que as atividades são transferidas para a iniciativa privada (PERONI, 2016, p. 2).

O Plano de Reforma do Estado no Brasil propõe que as empresas públicas sejam privatizadas ou transformadas em organizações sociais, organizações parceiras do Estado não dirigidas pelo poder público, mas recebendo fundos públicos (PERONI, 2016, p. 4).

Essas mudanças passam pela redução no papel do Estado, cujo ofício passa a ser o da racionalização dos recursos, sacrificando a sociedade, com a redução de políticas de assistência social. Segundo Bresser Pereira (1997), nesta lógica as organizações se tornam mais eficientes, flexíveis e competitivas, atendendo melhor aos anseios da sociedade e melhorando a qualidade da oferta dos serviços públicos, dentre eles, a educação. Este discurso vem sendo cada vez mais reforçado pelo Banco Mundial, conforme podemos observar na leitura do recente relatório “Um ajuste justo”, publicado em 2017, cujas recomendações se voltam à intensificação da privatização das instituições públicas, que passariam a cobrar pelos serviços educacionais, ferindo os direitos adquiridos pelas lutas sociais.

As hipóteses que orientam este estudo são as de que as parcerias público-privadas intensificam o processo de precarização do trabalho docente, que ocorre por meio da denominada flexibilização nas relações de trabalho. A fim de analisar este cenário, o presente artigo busca entender como se processa a relação público-privada na educação e de onde vêm essa força do capital que penetra em todas as instâncias do poder público. Para tanto, as ideias estão organizadas em duas seções: a primeira aponta a relação público-privada como imposição do mercado; e a segunda destaca a lógica do mercado na educação e a precarização do trabalho docente.

A relação público-privada como imposição do mercado

A relação público-privada acontece no apogeu da crise do capitalismo, que, anteriormente à sua expansão, no pós-guerra, buscava nela uma estratégia eficaz para ampliar as possibilidades de saídas para tal colapso. Durante o chamado “período de acumulação de capitais”, mais precisamente nos anos 70, em que se registrou a crise da estrutura do capitalismo e o esgotamento da acumulação proporcionada pelo regime fordista, o Estado modificou sua função e criou espaços para a atuação do sistema privado, afetando, em profundidade as políticas sociais.

No contexto de crise do capitalismo, em especial nos anos 90 no Brasil, foram introduzidos mitos que, de acordo com Pochmann (2001), não diferem da propaganda nazista, pois foram introduzidos com base em mentiras, com o claro objetivo de criar uma unidade na opinião pública em torno de ideias neoliberais, que cristalizaram verdades absolutas. Para o autor, o período pode ser definido como “a década dos mitos”.

O primeiro mito surge da constatação de que o esvaziamento do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico sustentado, com elevação do nível de ocupação. Por meio da privatização seria possível reduzir o endividamento público e aplicar o gasto social, deixando ao setor privado o comando da expansão econômica (POCHMANN, 2001, p. 8).

Para colocar em vigência políticas voltadas à demanda do mercado, foram implementadas as medidas de ajuste fiscal, propostas pelo Banco Mundial e seus organismos, que exigiam uma

[...] reavaliação do papel do Estado e a aprovação das reformas no setor público nas economias avançadas ocorreram nas mais variadas formas. [...] novas ações convergentes para o aumento da descentralização das atribuições de competências operacionais do Estado, com a introdução de mecanismos de mercado e competição administrada, através da privatização de seguimentos estatais em setores produtivos (POCHMANN, 2001, p. 16).

Muitos ajustes foram sendo realizados pela via da privatização, com o objetivo de garantir atendimento mínimo às demandas sociais. O Estado passou a ser somente um regulador das estratégias de acumulação do capital, seguindo à lógica do mercado. Ao conjugar a relação entre a esfera pública e privada, o Estado passa a ganhar novos contornos, não apenas transferindo ao empresariado parte de suas funções, “mas também para o público não-estatal a execução das políticas, ou ainda mudando a lógica de gestão do público, tendo como parâmetro o privado” (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 762). Com base no discurso da “competência”, “eficiência” e “produtividade”, a gestão pública passa a assumir um caráter gerencial, enfraquecendo a gestão democrática no setor educacional, conquistada a duras penas pelos movimentos sociais.

Freitas (2012), em entrevista à revista *Adusp*, ressalta que o que vem sendo proposto integra

[...] um processo em curso, encabeçado por grupos empresariais que procuram constituir-se como “reformadores”, pode vir a alterar profundamente a estrutura da educação pública no Brasil, por intermédio de privatização da gestão (a exemplo do que já ocorre na saúde) e pelo avanço de práticas de natureza mercadológica, com a competição entre escolas. Trata-se da lógica do capital, abrindo brechas por meio de institutos e fundações privadas em todas as esferas do governo, até mesmo no Ministério da Educação (MEC) (FREITAS, 2012, p. 7).

O autor alerta-nos também para as intenções que o empresariado propõe nessas parcerias, que são:

[...] copiar para dentro da escola o modelo empresarial, em que você pode demitir e admitir professores sem estabilidade, como qualquer contratação da CLT. Essa é a política global que começa pagando bônus, e evolui para a precarização do trabalho, porque o ideal para os reformadores empresariais é poder demitir aqueles que não ensinam segundo os padrões que eles estabeleceram, independentemente das condições de trabalho (FREITAS, 2012, p. 13).

Segundo os autores, a parceria público-privada não deve ser analisada abstratamente, mas situada no tempo e no espaço do período particular do capitalismo, de remodelação do papel do Estado frente às novas demandas do mercantilismo. Este processo tem fortes implicações na forma de conceber a educação que passa a ser incorporada pelo setor privado nas mais diversas formas, etapas e modalidades (PERONI, 2016).

O caminho percorrido até então na sociedade, baseia-se nas relações de produção e busca de lucro a todo custo, não havendo consenso entre o que se faz e o que se detém no processo de desenvolvimento.

[...] o que está envolvido não é tanto uma deslocação direta do público para o privado, mas um conjunto muito mais complexo de mudanças nos mecanismos institucionais através dos quais são regulados o que continuam a ser essencialmente sistemas educacionais estatais (DALE, 1994, p. 11 apud PERONI OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 763).

Leher (1999), seguindo o raciocínio de Dale, adverte-nos que essas ações privatistas integram parte de um conjunto de acordos firmados entre grandes grupos financeiros, com especial atenção aos grupos dominados pela família norte-americana Rockefeller, como estratégia imperialista de dominação. Para o autor, na América Latina, essas estratégias se traduzem em um verdadeiro “campo de batalha” que se efetiva por meio do “controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semieducados”, ou seja, um processo de dominação que se consolida pela via dos processos educacionais (COLBY; DENNETT, 1998, p. 425, *apud* LEHER, 1999, p. 20). Trata-se de uma tomada de poder realizada pela via indireta, de forma clandestina, que, no caso do Brasil, se concretiza por meio de instituições privadas (LEHER, 1999).

A linguagem usada pelo mercado passa a ser incorporada nos discursos educacionais, que impõem à escola a função de formar/qualificar capital humano, com base em um processo formativo produtivista em que a educação cívica-democrática é abandonada. Para Singer (1996), a educação civil democrática é importante, pois, ela se concentra no aluno pertencente à classe assalariada, que não tem privilégios. Ao contrário da visão produtivista, que propõe “formar indivíduos mais aptos ao trabalho, assegurando assim melhores condições para o crescimento econômico” (LEITE; DI GIORGI, 2004, p. 137), a escola democrática se apresenta como o grande propósito da educação, pois a ela caberia a função de

[...] proporcionar ao filho das classes trabalhadoras a consciência, portanto a motivação (além de instrumentos intelectuais), que lhe permita o engajamento em movimentos coletivos visando tornar a sociedade mais livre e igualitária (SINGER, 1996, p. 5).

Para Adrião et al. (2009), Peroni (2013), Freitas (2014) e Arelaro (2007), a parceria público-privada deteriora o conteúdo de uma educação emancipadora, libertária, comprometida, pois seus princípios se assentam nos princípios capitalistas da alienação, da dependência, da meritocracia, cujas consequências são a exclusão social. Insere-se nas estratégias dominantes privatistas, a transferência de atividades do Estado para o terceiro setor, constituindo-se uma terceira via conhecida como política pública não estatal. As implicações desse novo modelo gerencial, em que organizações não-governamentais, financiadas pelo empresariado, assumem a oferta de serviços educacionais, incidem sobre os processos de gestão (quase-mercado), em que as decisões referentes ao serviço público passam, primeiramente, pelo crivo dos agentes

privados, restando aos servidores públicos o processo de regulação e execução dos programas definidos na esfera privada, articulados com os fundamentos das teorias neoliberais. Este movimento universal dá fôlego às crises cíclicas e mutações em que o sistema capitalista se processa e se reconfigura. Nesta conjuntura, Peroni (2016, p.3) aponta que a relação entre o público e o privado na educação integram parte do “contexto histórico e geográfico particular”, em que são encontradas contradições que nos convocam à luta da retomada dos direitos historicamente conquistados, como a própria democratização da educação pública.

Não se pode deixar de elencar a afirmação de que “a educação pública vem sendo incorporada às estratégias de ampliação e concentração do capital privado da área educacional. Neste campo, como em qualquer outra esfera da sociedade capitalista, a lógica é a de sua reprodução ampliada” (ADRIÃO et al. 2009, p. 809). Deste modo, as teorias neoliberais e a terceira via veem na maximização do papel do Estado no delineamento e execução de políticas sociais a origem da própria crise estatal a ser superada por meio de ações que reduzam suas funções, permitindo recuperar o estado de “paralisia”. Deste modo, o sistema neoliberal

[...] defende um Estado mínimo, a privatização, a terceira via, a reforma do Estado e a parceria com o terceiro setor. Ocorre que, tendo o mesmo diagnóstico de que a crise está no Estado, nas duas teorias, este não é mais o responsável pela execução das políticas sociais: o primeiro repassa para o mercado e o segundo, para a chamada sociedade civil sem fins lucrativos (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 763).

Singer (1996), em suas análises, mostra que o Estado, visto pelo sistema capitalista, é um peso para o desenvolvimento da economia. O mercado defende a não concepção paternalista do Estado que coloca serviços gratuitos à disposição dos cidadãos, no caso os mais pobres. Segundo a concepção da visão produtivista,

[...] o ensino público não atende, por falta de estímulo, as necessidades da demanda por trabalho. A proposta que formula é de que a rede escolar esteja sujeita as regras do mercado, de modo que os diretores e os professores tenham interesse em formar ganhadores, pois esta seria a melhor forma de eles próprios ganharem o jogo concorrencial. Cada escola seria julgada pelo “mercado”, isto é, pelos alunos ou seus pais, em função da qualidade de seu produto, avaliada pelo maior ou menor êxito dos seus ex-estudantes na vida econômica e social. E a escola avaliaria seus professores pelos mesmos critérios (SINGER, 1996, p. 8).

Segundo análises, a terceira via busca, em seus propósitos, impor uma

[...] estrutura de pensamento e de prática política que visa a adaptar a socialdemocracia a um mundo que se transformou, fundamentalmente, ao longo das últimas duas ou três décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 765).

Embora tragam algumas particularidades, tanto as teorias da terceira via, alinhadas à socialdemocracia, quando as teorias de cunho neoliberal, não tocam no sistema de mercado, ou seja, reafirmam a sua importância atribuindo a ele um caráter regulador e promissor do desenvolvimento. Peroni, Oliveira e Fernandes (2009) e Singer (1996) destacam que para os teóricos do neoliberalismo, a democracia é um empecilho para o fluxo normal do mercado, ao focar no atendimento das demandas sociais de seus eleitores, por meio de políticas de Estado, aprofunda o déficit fiscal. Já para a terceira via, apesar de defender a democracia, considera que a sociedade civil deve se organizar para assumir tarefas antes executadas por

meio do Estado, resultando em um processual O esvaziamento das relações democráticas tradicionais consolidadas nas “lutas por direitos e das políticas sociais como a materialização de direitos sociais” (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009, p. 763). Com a transferência, ao setor privado, das demandas do Estado, ampliam-se as parcerias público-privadas, e esvaziam-se as relações de compromisso do Estado com sua população, justificada pela constante afirmação de que as políticas sociais geram prejuízos para as finanças, portanto, é necessário empreender o chamado ajuste fiscal. Assim, o que se tem em vista é uma distorção da concepção de políticas sociais que, na realidade, não são nada mais do que respostas às lutas sociais, em um processo histórico de correlação de forças” (PERONI, 2016, p. 4).

Na realidade, a crise não se encontra no Estado, é uma crise estrutural do próprio capital (MÉSZÁROS, 2002) que, dentro da perspectiva e da teoria neoliberal, seria superada na redução do Estado por meio de reformas e da diminuição de sua ação em políticas públicas. A função de restaurador do equilíbrio das ações errôneas realizadas pelo poder público, é atribuída ao mercado que, em regime de “parcerias”, passa a “contribuir” com a oferta de serviços público, cobrando, para isso, incentivos fiscais bilionários que reduzem a arrecadação, criando um cenário de dependência cada vez mais difícil de ser superado. Sob o discurso de que as políticas sociais são consideradas um verdadeiro saque à propriedade privada, pois além de distribuírem renda, atrapalham o livre andamento do mercado, na medida em que os impostos oneram a produção, os grandes grupos financeiros e empresariais vão ampliando seu espaço de atuação, ofertando o mínimo e lucrando o máximo possível (PERONI; OLIVEIRA, FERNANDES, 2009, p. 764).

Assim, o mercado introduz suas próprias regras à atuação do Estado que é cada vez mais modificado, tomando uma nova configuração. O Estado passa a racionalizar cada vez mais seus recursos e a esvaziar o poder das instituições, já que as organizações democráticas são consideradas permeáveis às pressões e demandas da população, passando a ser vistas como improdutivas, pela lógica do mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade, ou seja, para os neoliberais, por meio da privatização (mercado), e para a terceira via, pelo público não-estatal (sem fins lucrativos) (PERONI, 2006, p. 14). O objetivo do mercado se torna a busca pelo lucro frenético e desumanizador, por meio de um processo de mercantilização da sociedade, cujo resultado é o aumento da disparidade social.

No que tange à terceira via, sua proposta, apesar da roupagem democrática, assemelha-se à proposta do neoliberalismo ao ocultar os verdadeiros interesses voltados ao atendimento da demanda do mercado. Nesta lógica, o Estado vai se tornando cada vez mais ínfimo à população e máximo para o capital financeiro. No caso brasileiro, como exemplo na atualidade, podemos citar o grupo Sistema Educacional Brasileiro S. A. (SEB), do empresário Chaim Zaher, que tem firmado, cada vez com mais premência, seu interesse de parcerias para atuar na educação básica. Recentemente, o empresário vendeu sua participação no grupo Estácio para o fundo americano Advent, por mais de 400 milhões, e decidiu passar a ser investidor no ensino básico (SAMBRANA, 2018). Outro empresário do mercado educacional, Rodrigo Galindo, do grupo Kroton e CEO, anunciou a criação de uma holding buscando investimento também nesta modalidade

de ensino. O desejo desses dos grupos não é investir na oferta de uma educação de qualidade, mas, acima de tudo, competir no mercado educacional. O SEB fez uma aquisição, em Goiânia, de uma escola, num intermitente processo de aquisições que já se iniciou a partir de 2017 (SAMBRANA, 2018). O empresário Rodrigo Galindo, do CEO companhia, menciona que as aquisições fazem parte de um plano de negócios construído para tornar a educação básica em um grande investimento. Outro setor denominado Holding Saber, já conta com uma rede do sistema Pitágoras no Estado de Minas Gerais, que em 2017, obteve um faturamento de 118,9 milhões. Com o intuito de crescimento e expansão a rede adquiriu, no Estado do Espírito Santo, o centro Educacional Leonardo Da Vinci (CELV), que atende a classe alta da grande Vitória e região, visando ao atendimento do ensino infantil, fundamental I e II e ensino médio. Para o empresário, o desejo é buscar ampliação, em outros Estados, do modelo CELV.

Adrião (2016) destaca que a parceria público-privada vai além da simples ajuda para alavancar desenvolvimento dos países pobres e resolver os ajustes propostos pelo Banco Mundial. Nesse processo, está em jogo o comando do setor privado no universo educacional, considerado um novo nicho para a exploração do capitalismo, tal como destaca:

[...] os processos de privatização da educação básica (no âmbito das redes e das unidades escolares), operacionalizam-se, mais recentemente, pela transferência da gestão educacional pública para o setor privado, corporativo ou não, pela transferência da elaboração e gestão dos currículos escolares para corporações privadas ou para setores auto proclamados “não lucrativos” e, ainda, pelo aprofundamento da privatização da oferta educacional por meio da ampliação de políticas de *choïse*. É importante frisar que tais estratégias ocorrem com subsídios públicos. Tais modalidades ainda se associam à tradicional presença das escolas particulares e as formas mais sutis de introdução da lógica empresarial na gestão pública em decorrência do que inúmeros trabalhos denominam de Nova Gestão Pública ou gerencialismo (ADRIÃO, 2016, p. 1).

Para a autora, as políticas propostas para a educação, que visam, segundo o setor do empresariado educacional, resolver o déficit no atendimento da camada da população mais pobre, na realidade, considerando-se as experiências captadas pelas análises do cenário internacional, acabam gerando um resultado inverso que indicam a maximização das desigualdades educacionais para os pobres e diferentes segmentos historicamente discriminados. Em seu entendimento, trata-se de uma resposta às forças do mercado em transmutação que se apropriam da recente conquista do direito à educação transformando-a em mercadoria (ADRIÃO, 2016). A autora analisa que o que está por detrás desta relação do empresariado com o público, em formato de parceria, serve mais para

[...] acobertar o processo histórico em análise do que para explicá-lo em sua real expressão. Isso porque se trata de uma relação colaborativa entre setores que atuam horizontalmente, como, à primeira vista, as expressões “relação público-privado” ou “parceria público-privada” podem indicar. Tampouco se trata de formas específicas de privatização sugeridas pelo BM e entre nós reguladas pela lei nº 9.760/199920 ou pelas modalidades de concessão Patrocinada e Concessão Administrativa, ambas regulamentadas pela Lei Federal nº 11.079 ou de 30/12/04. Trata-se de processos pelos quais a educação pública brasileira se subordina ao setor privado com fins de lucro (ADRIÃO, 2016, p. 2).

Conforme frisado acima, a finalidade do sistema de mercado é o lucro e, para isso, busca-se, incessantemente, novos seguimentos de antemão não explorados. Para Freitas (2018), o mercado está voltado para essa nova fatia não explorada. Com tal perspectiva, o sistema de mercado na configuração do

empresariado, está articulando com o governo para ter acesso aos recursos públicos, nas formas voltadas por meio da terceirização no setor educacional, por meio de programas, tais como o Fies, bolsas e outros, no caso específico referente a escola básica. O interesse é a transferência dos recursos destinados a escola pública, sejam voltados para o setor privado da educação. Neste aspecto, podemos dizer que além de ínfimos os recursos destinados à escola pública, o setor privado quer tomar para o mercado educacional tais verbas.

Os conglomerados empresariais articulam leis que fundamentam seus interesses em vista de seus investimentos, desconsiderando a questão democrática e incentivando a privatização da educação em todos os níveis. Esta será, portanto, a grande batalha que se seguirá, sugando recursos públicos e precarizando ainda mais a educação pública e o trabalho docente conforme veremos no tópico a seguir.

A lógica do mercado na educação e a precarização do trabalho docente

Mészáros (2008) salienta que a educação não pode ser concebida como uma mercadoria. A educação não é um produto de consumo, um produto do capital. Mas, o que se vem percebendo na nova configuração do Estado, é justamente a transformação da educação em um produto a ser explorado para a geração de lucro. Os envolvidos nesse processo, especialmente os docentes, veem a cada dia seu trabalho dilacerado tanto em termos econômicos, como em termos do próprio processo de pedagógico. Uma interferência que desarticula a função do professor e, conseqüentemente, o desenvolvimento integral do educando, principal papel da educação.

No que se refere ao processo de precarização do trabalho, podemos trazer à tona os grandes prejuízos causados pelas políticas neoliberais à classe trabalhadora, neste caso, o profissional docente. Suas condições de trabalho, estão cada dia mais precarizadas, devido à ausência de políticas de proteção social, deixam a categoria à mercê de um sistema que os adoecem

Chamam-se fatores de primeira ordem os que incidem diretamente sobre a ação do professor na sala de aula, modificando as condições em que desempenha o seu trabalho, provocando tensões associadas a sentimentos, emoções negativas que constituem a base empírica do mal-estar docente. Os fatores de segunda ordem referem-se às condições ambientais, ao contexto em que se exerce a docência. Este segundo grupo de fatores tem uma ação indireta, afetando a motivação e a implicação do professor (ESTEVE, 1999, p. 99).

Apesar de Esteve (2009) se referir à realidade europeia, cabe ressaltar que as implicações dos dois fatores acima expostos se aplicam em nosso contexto brasileiro de intensa e progressiva precarização do trabalho docente. Nesta conjuntura precarizada e de atendimento aos ditames do capital – em sua fase e reestruturação cíclica da crise – a transferência do setor educacional à iniciativa privada, supostamente sem fins lucrativos, gera um processo de intensificação do trabalho, no qual o trabalhador é avaliado por seu desempenho, não sendo colocada em pauta as condições em que os resultados são produzidos.

Atentando a profissão docente com as nomenclaturas que se realizam em fatores de primeira e segunda ordem, podemos ressaltar os fatores, que segundo Esteve (1999), incidem diretamente na atividade profissional, que se faz pelo aumento das responsabilidades do professor, que agora tem que ir

muito além do material lecionada em classe. O docente fica incumbido de ser “facilitador da aprendizagem, organizador do trabalho em grupo, e para além do ensino, cuide do equilíbrio psicológico e afetivo dos alunos, integração social, e da educação sexual” (ESTEVE, 1999, p. 100), ou seja, o professor é chamado a atender as mais diversas situações conflituosas. Seu papel passa a atender tanto a socialização primeira como a secundária.

Não perdendo de vista a necessidade de sua integração aos meios tecnológicos para dar respostas as indagações levantadas em sala de aula pelos alunos. E, trazendo insegurança e medos pelos desafios atuais que se apresentam de forma acelerada, pois, já não se pode enquadrar os alunos em uma só socialização ou formação, deve-se se diversificar e o docente enfrenta “[...] diferentes elementos, entre eles, por insegurança dos jovens, os mesmos se integram as mais variadas tribos urbanas: “rockers”, “punks”, “new weves”, etc.” (ESTEVE, 1999, p. 102). Não se torna uma realidade simples ao professor se inserir em tais contextos e realidade e aculturasse para desenvolver um trabalho. Esses grupos que nascem e desaparecem num ritmo frenético. Sendo o professor colocado em xeque frente a exigências da sociedade atual, para dar respostas às situações que ainda não existem.

Assim, a escola representada na figura do professor é deixada de lado e não esperada como um futuro promissor. A grande parte da sociedade, como ressalta Esteve (1999), sobretudo, a mídia e os governos jogam a culpa nos professores, como articuladores diretos do aparato educacional, por toda situação de fracasso da educação. Com esse panorama de pressão ao docente, ele se sente agredido, apático e desmotivado para o exercício da profissão, pois, além da pouca valorização social, não encontra respaldo no seu cotidiano com os discentes e seus pais, tornando uma situação assustadora, que tem levado a classe trabalhadora, sem poder reagir, a precarização do seu ofício. Tornando o trabalho a desvalorizado, dada pela flexibilização realizada pela sociedade de mercados.

Essa sociedade voltada ao capital, que leva a “[...] subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculado à ‘economia informal’, entre tantas modalidades existentes” (ANTUNES, 2006, p. 52). Que numa demagogia perversa, atenuada pelo sistema neoliberal, busca em todos os setores, e não diferente na educação, flexibilizar o trabalho escolar. E nesse aspecto, Krawczyk (2017)⁴ entende que a flexibilização se realiza através de parcerias (instituições com notório reconhecimento), uma educação a distância, criação de espaço na educação de profissionais com notório saber. Flexibilização que se realiza no calendário escolar, que passando de 1000 horas anuais num prazo de 5 anos. E 1400 horas anuais sem prazo definido, alterando a jornada escolar de 5,7 e 8 horas. Jornada escolar “integral”, ou seja, mais do mesmo.

Antunes (2008) ressalta que a verdade da precarização, flexibilização do trabalho em geral, e no caso dos docente, está diretamente ao seu cotidiano como profissional da educação, fazendo com que o professor seja afetado com baixos salários, horários exaustivos, organização do espaço escolar precário, salas de aulas superlotadas, condições de insumos insuficientes, pressões de ordem institucional, avaliações e por parte dos familiar dos alunos. Ou seja, a precarização do trabalho profissional para Antunes (2008), está ligado a um conjunto de medidas impostas pela mundialização do capital, pelo modelo enxuto Tayotista nas

atividades dentro e fora de classe, que submete as pessoas a viverem da venda da força de trabalho a condições insuportáveis, ou seja, a era da escravidão moderna.

Na engrenagem montada pelo sistema capitalista, visando à lógica do lucro, atribui-se ao Estado o papel de ínfima participação nas políticas públicas, nos processos de regulação, pela via dos sistemas avaliativos, conforme amplamente defendido pelo Banco Mundial.

[...] a educação dita pública foi condicionada, não para o desenvolvimento da inteligência e da autonomia intelectual dos filhos dos trabalhadores, mas para atender às necessidades de determinadas especialidades, da nova tecnologia, das novas estratégias de controle social e, acima de tudo, das necessidades oriundas do novo quadro disciplinar que se tornou dominante (BRUNO, 2011, p. 547).

A utilização da educação como mecanismo de lucro, no processo de mais valia absoluta e mais valia relativa (BRUNO, 2011), lança para o ensino um novo olhar, como meio e fim, na busca incessante de formação de mão de obra barata e, sobretudo, não crítica, para abastecer a demanda do mercado, fazendo com que o aluno passe a ser visto através do seu potencial capital humano. Nas parcerias entre instituições privadas e escolas públicas, verificamos que o privado define o conteúdo público, tanto nos aspectos de gestão quanto nos aspectos pedagógicos, tornando-se o ensino um aparato do mercado com vistas ao processo de mercantilização da educação (PERONI; CAETANO, 2015).

A organização escolar é submetida à “agenda do novo espírito do capitalismo (flexibilidade, autorregulação e autonomia, individualismo, identidades, antiestatismo, celebração de uma edulcorada sociedade civil, crítica à história e à própria teoria)”, que vai se adequando aos interesses das grandes corporações para a formação do capital humano ao sistema mercantil (LEHER, 2014, p. 73).

As medidas que tomaram e vem tomando o governo atual, para Frigotto e Ciavatta (2003), é uma afronta à classe trabalhadora em suas lutas por direitos sociais. Medidas que visam atender ao mercado privatista, vão na contramão de tudo que se pode conceber sobre educação. O atual governo, ilegítimo, golpista de Michel Temer, traz propostas que afligem a classe do professorado e, segundo os autores, torna a educação totalmente dependente da fração do capital. Uma política que flexibiliza o trabalho, por meio de parcerias público-privadas, reduz a qualidade do ensino ofertado aos filhos dos trabalhadores. Aos professores são dadas cada vez mais condições mínimas de sobrevivências com salários e condições laborais, se não desumanas, precarizadas. Diferentemente do que o filósofo István Mészáros defendia ao afirmar que o processo de “educar não é a mera transferência de conhecimentos, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades” (MÉSZÁROS, 2008, p. 13).

Considerações finais

O proposto neste artigo, foi buscar, como parâmetro, entender como se processa a relação público-privada na educação e de onde vêm essa força do capital que penetra todas as instâncias do poder público.

Buscou-se esclarecer que a relação público-privada nada mais é que uma estratégia do capital para criar e ampliar novos nichos de mercado para a superação da crise cíclica do capitalismo, sempre apresentada com novas roupagens nas mutações que se processam, para redução dos efeitos da inevitável asfixia social que acabaram por gerar grandes revoluções registrada em seu processo histórico.

Os autores que serviram de subsídio teórico, permitiram apresentar um breve diagnóstico da atual situação da educação pública brasileira que, a partir da terceira via, vem incorporando novas formas de atuação pautadas na lógica do mercado. Deste modo, a educação se torna uma nova forma de empreendimento lucrativo à exploração pelo capital, conforme Mészáros (2008) nos indica na epígrafe que abre este trabalho.

Na mesma perspectiva, Leher (1999, p. 29) acrescenta que “as conexões educação, segurança e pobreza fornecem o substrato das reformas educacionais em curso na América Latina”. Nesta nova configuração entre o setor empresariado e o poder público, num sistema que recebeu o nome de quase-mercado, as instituições privadas vem substituindo o papel do Estado no delineamento das políticas sociais e na oferta dos chamados “serviços públicos”, em atendimento aos interesses financeiros e ideológicos, que visam apaziguar as forças contrárias ao sistema do capital. Nesta lógica,

o ensino está sendo destituído da pedagogia da contestação, da transformação. Nesse lugar caberia agora a pedagogia da conformação e da conciliação imposta pelo pensamento hegemônico. Por isto, o Estado como o culpado pelo déficit e pela crise instalada, deixará o mercado criar alternativas racionais buscando o equilíbrio na sociedade (PERONI, 2009, p. 774).

Não se esquecendo de que, dentro desse processo, o capital propõe sua atuação “pautada no controle social, buscando a estruturação da pedagogia da hegemonia, que tem como fundamento o consenso e a conciliação entre as classes sociais” (PERONI, 2009, p. 774).

Por fim, tentou-se demonstrar a influência das relações público-privadas na precarização do trabalho docente e apontar como horizonte a retomada das lutas sociais em defesa da escola pública.

Referências

ADRIÃO, Theresa *et al.* Uma Modalidade Peculiar de Privatização da Educação Pública: a aquisição de “Sistemas de Ensino” por Municípios Paulistas. **Educ.Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009.

ADRIÃO, Theresa. Entrevista com Theresa Adrião (Unicamp) - "A privatização da escola pública". **Série "Conquistas em Risco"**, Rio de Janeiro, 18 abr. 2016.

ARELARO, Lisete Regina Gomes. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 899-919, out. 2007. Disponível em :

< <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1328100.pdf>> Acesso em : 08 de ago. de 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 2006. ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, 1995. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>> Acesso em: 10 de set. de 2018.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/CadernosMare/CADERNO01.pdf>> Acesso em: 10 set., 2018.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 545-562, set./dez. 2011.

ESTEVE, José Maria. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, António (Org.). **Profissão Professor**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999. p. 93-124.

FREITAS, Luiz Carlos. Agenda dos reformadores empresariais pode destruir a educação pública no Brasil. **Revista Adusp**, São Paulo, p. 6-15, out. 2012.

FREITAS, Luiz Carlos. Reformadores Empresariais da Educação e a disputa pelo controle. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n.º. 129, p. 1085-1114, out./dez., 2014.

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: Nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, mar. 2003.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, 3ª Ed., 1999.

LEHER, Roberto. Organização, estratégias políticas e Plano Nacional de Educação. In: **II Encontro Nacional de Educadoras e/educadores da Reforma Agrária**. São Paulo: MST, 2014. p. 71-91.

LEITE, Yoshie Ussami Ferrari; DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini. Saberes docentes de um novo tipo na formação profissional do professor: alguns apontamentos. **Educação**, Santa Maria, v. 29, n. 2, p. 135-145, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; FERNANDES, Maria Diléia Espíndola. Estado e Terceiro Setor: As novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 108. p. 761-778, out. 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o Público e o Privado nas políticas Educacionais no Contexto da Terceira Via. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago. 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação. Projeto em disputa? **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n.17, p.337-352, jul./dez. 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da Relação Público-Privada para a Democratização na Educação. In: Reunião Científica Regional da ANPEDSul, 21, 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2016, p. 1-21.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Pinsky Ltda, 2001.

SAMBRANA, Carlos. **Duelo de gigantes pelo bilionário mercado de educação básica**. 2018. Disponível em < <https://www.linkedin.com/pulse/duelo-de-gigantes-pelo-bilion%C3%A1rio-mercado-educac%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica-sambrana>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SINGER, Paul. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 05-15, jan./abr. 1996.

Notas:

¹ Mestrando em Educação na Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). ORCID: Email: jg.moreira@yahoo.com.br

² Professora do Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). ORCID: Email: marializa.oliveira@yahoo.com.br

³ Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras (UFLA). ORCID: Email: regilsonborges@gmail.com

⁴ Palestra proferida pela Professor Nora Krawczyk no “Congresso Nacional de Políticas Educacionais da Unoeste”, realizado na Universidade do Oeste Paulista, entre os dias 22 e 23 de novembro de 2017.

Recebido em: 15/05/2019

Aprovado em: 17/06/2019